

Brasil pode enfrentar desafios com Trump

Lula parabenizou o novo presidente e disse querer harmonia

Por Karoline Cavalcante

Com a posse do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), nesta segunda-feira (20), o Brasil pode enfrentar desafios políticos decorrentes da nova gestão norte-americana. Embora o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tenha manifestado apoio à adversária de Trump, Kamala Harris (Democrata), as relações bilaterais entre os dois países deverão prevalecer de forma pragmática dado o volume de negócios envolvidos, conforme análise da advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes, em entrevista ao Correio da Manhã.

Os desafios, no entanto, deverão ser grandes. No final de 2024, Trump ameaçou impor tarifas de 100% sobre produtos de países membros do Brics, o bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e outros países, que passará a ser presidido este ano pelo Brasil, caso decidam substituir o dólar americano por outra moeda nas transações comerciais. Lula já havia defendido a criação de um sistema alternativo de pagamento para facilitar as trocas comerciais entre as nações do bloco. Para Gomes, essa postura pode gerar tensões nas relações comerciais e econômicas, já que os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil. “Essa postura pode refletir em outras parcerias, caso seja efetivada, gerando uma verdadeira dança das cadeiras entre as parcerias econômicas e assim afetando a economia mundial”, afirmou.



Isac Nóbrega/PR

Posições de Trump exigirão habilidade diplomática do Brasil

Impessoalidade

As diferenças ideológicas entre os presidentes, porém, não tendem a afetar as relações bilaterais. Lula e Trump seguem vertentes opostas, mas a expectativa é da manutenção de uma relação pragmática. “Uma vez que a amizade técnica, cooperativa, comercial e diplomática entre Brasil e EUA se prolonga por 200 anos e não é facilmente abalada pelas impressões pessoais dos ocupantes das cadeiras presidenciais. Isso, desde que a impessoalidade e cordialidade sejam mantidas e de forma recíproca”, acrescentou a advogada.

Ainda sem contato direto com o novo presidente norte-americano, o petista parabenizou o republicano pelo novo mandato e desejou que ele faça uma “gestão profícua”.

Sem briga

“Tem gente que fala que a eleição do Trump pode causar

problema na democracia mundial. O Trump foi eleito para governar os EUA e eu, como presidente do Brasil, torço para que ele faça uma gestão profícua para que o povo americano melhore e para que os americanos continuem a ser parceiros históricos do Brasil”, disse Lula em reunião com ministros de seu governo.

“Da nossa parte, não queremos briga. Nem com a Venezuela, nem com os americanos, nem com a China, nem com a Índia e nem com a Rússia. Nós queremos paz, nós queremos harmonia, nós queremos ter uma relação onde a diplomacia seja a coisa mais importante e não a desavença e não a encrência”, completou.

Em novembro, o Brasil sediará a 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém. Trump já tem demonstrado

que pode dificultar os avanços de políticas ambientais, a exemplo da decisão de retirar os EUA do Acordo de Paris, que é um tratado global com objetivo de reduzir a emissão de gases com efeito estufa (GEE) e minimizar os impactos no meio ambiente. No seu primeiro mandato (2017 - 2021), ele retirou o país pela primeira vez.

Hanna Gomes avalia, no entanto, que a “postura isolacionista” dos EUA sob o governo Trump pode ser “bravata” para impressionar e agradar o público interno, que acabará não se acentuando por muito tempo à medida que os problemas reais forem surgindo.

“Apesar do poderio econômico, os EUA podem sofrer boicotes e golpes multilaterais coordenados e Trump pode ser forçado a frear seu discurso nacionalista”, finalizou a advogada.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Reprodução/PSB



Siqueira diz ser preciso gerar expectativa positiva

PSB: governo precisa fazer a população sonhar

Presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira afirma que, neste seu terceiro mandato, o presidente Lula (PT) ainda não conseguiu criar o que chama de “perspectiva sonhadora” na sociedade.

Para ele, o governo, apesar de ser “infinitamente melhor” que o anterior, não gerou na população uma expectativa positiva, de um futuro melhor.

“A política também

vive de sonhos, de perspectivas de melhoria, é preciso criar um novo amanhã, mesmo que não venha a ser completamente alcançado”, diz.

Em conversa com o Correio Bastidores, Siqueira ressaltou que o governo tem insistido em programas lançados nos outros dois mandatos de Lula na Presidência. Iniciativas que são “velhas conhecidas da sociedade”.

Sem impacto

Para ele, essas conquistas anteriores são importantes, mas acabaram naturalizadas, perderam o impacto. Daí a necessidade de geração de novas alternativas que gerem entusiasmo, sonho e esperança na população - requisitos capazes de estimular o sonho.

Mudanças

Segundo Siqueira, a ascensão da direita e da extrema direita no mundo obriga a esquerda a repensar suas estratégias e seu entendimento do mundo. “A democracia exige renovação. Houve mudanças na economia, nas relações de trabalho, na comunicação”, frisa.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Pressionado, Lula voltou atrás em medida

Para Siqueira, houve dois erros no caso do Pix

O presidente do PSB afirma que o governo errou duas vezes nos episódios relacionados à decisão da Receita que atingiu o Pix.

Em primeiro lugar, ao publicar a norma; em segundo, ao revogá-la. “Se havia certeza de que a medida era correta, o melhor seria mantê-la”, afirma.

Para ele, a questão das emendas parlamentares

será um outro desafio a ser enfrentado pelo governo na volta do recesso do Legislativo — senadores e deputados não se conformam com as limitações impostas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal.

Um problema que, diz, será de difícil solução, diante do tamanho das emendas.

Deformação

“O governo passado pagava R\$ 16 bilhões em emendas por ano; neste, o total subiu para R\$ 50 bilhões, como fazer para corrigir essa deformação?”, pergunta. Ele destaca que a execução do orçamento deveria ser do Poder Executivo, e não do Legislativo.

Sem barulho

Siqueira, porém, ressalva que, como integrante da base, não cabe ao seu partido fazer críticas públicas ao governo. Mas isso não impede, porém, de fazer comentários mais amplos — Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, é do PSB.

Inocência

Ao reclamar de ministros que baixam portarias sem consultá-lo — uma indireta mais do que direta para Fernando Haddad, da Fazenda —, Lula seguiu uma antiga cartilha de lideranças populares: a culpa sempre é dos outros. Quis dizer que era inocente na história do Pix.

Risco

Para um deputado do PT, o governo vive um impasse: precisa se compor com partidos conservadores e fisiológicos do Congresso, mas, ao mesmo tempo, deveria propor pautas mais agressivas, como a taxação dos mais ricos. “O risco é de, na dúvida, não fazer nada”, critica.

Denúncias contra ministra estão na Comissão de Ética

Por Gabriela Gallo

Apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não ter mencionado sobre novas trocas ministeriais, durante a reunião nesta segunda-feira (20), ainda se especulam eventuais mudanças nos ministérios. As pastas mais cobiçadas por aliados e que podem passar por alteração na negociação política são Saúde, Justiça e Segurança Pública e Defesa. Todavia, isso não impediria o governo de, se de fato ocorrer troca ministerial, aproveitar e fazer outras mudanças, resolvendo problemas pontuais. Como, por exemplo, no Ministério das Mulheres.

Pouco mais de um mês após o ex-ministro de Direitos Humanos e Cidadania Silvio Almeida ser exonerado do cargo por denúncias de assédio sexual e moral — inclusive contra a ministra de Igualdade Racial, Anielle Franco —, em setembro de 2024, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, foi denunciada por assédio moral. A notícia veio a público pela primeira vez em outubro de 2024 pela agência de notícias Alma Preta relacionada à produção de conteúdo jornalístico com foco étnico-racial.

Foram ao menos 17 denúncias por assédio moral e racismo contra a ministra e também contra a secretária-executiva do ministério, Maria Helena Guarezi; a corregedora interna, Dyleny Teixeira Alves da Silva,



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Denúncias contra a ministra envolvem assédio moral

e a ex-diretora de Articulação Institucional, Carla Ramos.

Atualmente, as denúncias correm na Controladoria-Geral da União (CGU) e na Comissão de Ética Pública da Presidência da República. A informação foi divulgada nesta segunda-feira (20) pelo Estadão e confirmada pela reportagem.

Resposta

Em resposta ao Correio da Manhã, a Controladoria-Geral da União confirmou que “a Corregedoria-Geral da União, da Controladoria-Geral da União, analisou denúncias relacionadas a supostos casos de assédio moral e omissão diante de

situações de racismo no âmbito do Ministério das Mulheres”.

“No caso específico da Ministra de Estado, a CGU não possui competência para atuar. Por essa razão, foi encaminhado um expediente à Comissão de Ética Pública do Poder Executivo Federal, informando os fatos. Quanto às demais pessoas envolvidas, as denúncias não apresentaram elementos suficientes que indicassem possíveis infrações disciplinares. Diante disso, os autos foram arquivados por ausência de materialidade. É importante destacar que a legislação vigente não permite a divulgação de detalhes sobre os casos, salvo mediante soli-

citação formal da própria pessoa denunciante”, completou a CGU, por meio de nota.

Diante disso, apesar do Ministério das Mulheres não ser uma pasta muito cobiçada, o presidente Lula poderia aproveitar as trocas para tentar desvincular o nome da ministra ao governo. Questionada pelo Correio da Manhã sobre a possibilidade da mudança, a advogada especialista em assédio no trabalho Michelle Heringer disse que a decisão seria uma “estratégia política”. Mas “tecnicamente, não é incomum que governos promovam trocas ministeriais como forma de mitigar danos à imagem pública, especialmente em casos de denúncias que possam comprometer a credibilidade do governo”.

“Porém, a decisão de substituir um ministro precisa equilibrar vários fatores, como o impacto na base aliada, a aceitação pública e a capacidade de o substituto desempenhar bem o cargo. Se o governo Lula optar por substituir Cida Gonçalves será crucial comunicar a mudança como parte de uma reestruturação planejada, evitando que a troca seja vista apenas como uma reação às denúncias.

O risco de essa ação se transformar em um “novo caso Silvio Almeida” pode ser mitigado com a escolha de um nome técnico e respeitado, reforçando o compromisso com a agenda do Ministério das Mulheres”, destacou Heringer.